

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CRÉDITOS DO PRONAF E DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM ESTABELECIMENTOS DE AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL (2006-2017)**Fábio Alves**Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail*: <fabio.alves@ipea.gov.br>.**Sandro Pereira Silva**Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail*: <sandro.pereira@ipea.gov.br>.**Alexandre Arbex Valadares**Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail*: <alexandre.valadares@ipea.gov.br>.**Lillian Bastian**Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea. *E-mail*: <lillianbastian12@gmail.com>.DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2815>

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi lançado pelo governo federal em 1995 como uma política de crédito rural subsidiado com o objetivo de favorecer produtores de perfil familiar, assentados de reforma agrária, pescadores artesanais, aquicultores, silvicultores e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, extrativistas etc.). Ele se destina ao financiamento de atividades agropecuárias em estabelecimentos rurais familiares em diferentes linhas de crédito, cujas principais são as de custeio e de investimento. O crédito de custeio financia despesas correntes do ciclo da produção agrícola ou pecuária, e o de investimento destina-se à aquisição de bens ou serviços cuja utilização ocorre pelo período superior a um ciclo produtivo. A taxa efetiva de juros pré-fixadas varia conforme os produtos a serem financiados, a depender também do grupo na qual se enquadra a propriedade demandante.

Contudo, o Pronaf mantém uma ambiguidade que acarreta, na prática, tensões operacionais diversas. Uma dessas tensões refere-se aos estímulos que ele evoca nas decisões sobre os projetos produtivos agropecuários em propriedades familiares rurais. A tendência à produção especializada de *commodities* agrícolas nesses estabelecimentos, em que pese o fato de a agricultura familiar no Brasil ser caracterizada historicamente pela diversificação, vem sendo debatida há algum tempo tanto pela literatura dedicada ao Pronaf quanto pelas avaliações institucionais sobre o programa.

Este estudo surge então imbuído do objetivo de analisar relações entre créditos contratados do Pronaf e variações nos indicadores de diversificação produtiva agrícola no território brasileiro. Essa verificação ocorreu nos termos dos processos operacionais para a formalização de contratos e nos termos da participação percentual das principais culturas agrícolas em municípios com níveis diferenciados de créditos do Pronaf e do impacto desses créditos em um índice sintético de diversificação produtiva. Com isso, pretende-se contribuir para o denso debate ainda em curso na literatura sobre produtivismo ou diversificação na execução do Pronaf.

Partiu-se da premissa de que o próprio desenho operacional do Pronaf influencia o potencial de diversificação produtiva da agricultura familiar brasileira, na medida em que limita as decisões de produção dos seus demandantes. Isso ocorre fundamentalmente porque, embora seja um programa creditício voltado a favorecer uma formação socioprodutiva específica, ele é executado pela rede bancária, que, mesmo sendo pública, segue a lógica financeira tradicional.

A fim de avaliar os efeitos da implementação do Pronaf sobre a diversificação produtiva, recorreu-se a duas fontes de dados: os Censos Agropecuários 2006 e 2017 e as bases de dados de créditos rurais gerenciadas pelo Banco Central do Brasil.

SUMEX

A análise tabular dos dados permitiu identificar duas situações distintas. Nas regiões Norte e Nordeste, nos grupos de municípios onde o programa está mais presente, há maior diversificação agrícola se comparados aos grupos com menor implementação. Nas demais regiões, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a situação se inverte, com o Pronaf associado à maior especialização produtiva nos municípios. A situação de diversificação produtiva medida pelo índice de diversidade de Simpson nos grupos de municípios estudados é reforçada ao se observar a distribuição de suas principais culturas agrícolas. Notadamente na região Norte, os municípios com maior volume médio de custeio agrícola apresentam distribuição mais equitativa das cultivares, quando comparadas com o conjunto de municípios de menor aporte dessa modalidade de crédito. Em situação oposta, na região Sudeste, os municípios de alto aporte do Pronaf apresentam concentração mais elevada em um único produto agrícola, enquanto no grupo de menor aporte isso não ocorreu.

No que tange a uma possível associação entre os créditos do Pronaf e a diversificação agrícola, os resultados dos modelos econométricos estimados indicaram relação significativa com sinal negativo, isto é: maiores volumes de financiamento do Pronaf e maior proporção da modalidade custeio impactam negativamente os índices calculados de diversificação. As regressões também mostraram que existem aspectos não observados entre as regiões que impactam de forma diferenciada no índice de diversificação.

Contudo, além dos parâmetros apresentarem valores bem reduzidos, o coeficiente de determinação do modelo indica que o Pronaf, ao menos da forma que ele tem sido operacionalizado, tem pouco poder de explicação das variações nas médias de diversificação agrícola nos municípios brasileiros, o que requer novos aprofundamentos analíticos para compreender possíveis dinâmicas diferenciadas dessa relação no território.

Ainda assim, é razoável afirmar que o Pronaf tem mantido, em termos gerais, a tendência de acompanhar a estrutura produtiva da agricultura local, reforçando trajetórias pré-definidas, o que vai ao encontro da hipótese aventada sobre a limitação do desenho operacional em estimular projetos de diversificação produtiva no meio rural.